



Prévia da inflação fica em -0,40%, a menor desde agosto de 2022

Até 53% da Dívida Pública Federal poderá ser corrigida pela Selic

Página 3

Receita arrecada R\$ 3,1 bilhões com Imposto de Renda sobre dividendos

Página 3

Campo de Búzios, da Petrobras, bate recordes de exportação de gás

O campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, bateu recordes de exportação de gás natural em agosto, segundo informações divulgadas pela Petrobras na quarta-feira (26).

A exportação média de gás natural em um mês superou a marca de 10 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). O recorde mensal anterior era de março de 2026, com 9,1 milhões de m³/d.

Localizado no litoral do estado do Rio de Janeiro, a 180 km da costa, o campo está em águas ultraprofundas, a 2,1 mil metros de profundidade.

Segundo a companhia, a marca mensal veio acompanhada também de um novo recorde de exportação diária. Em 6 de agosto, Búzios atingiu 14,1 milhões de m³/d, superando o pico anterior, de 13,9 milhões de m³/d, registrado em julho.

De acordo com a Petrobras, o ganho não decorre da entrada de novos sistemas de produção, mas da otimização das unidades já existentes.

A empresa ressalta que, entre as principais iniciativas, está o programa de modernização das plantas de tratamento de gás das plataformas P-74, P-75, P-76 e P-77, com a substituição das membranas de remoção de gás carbônico (CO).

O projeto, que começou em 2025, elevou a capacidade de exportação dessas unidades de cerca de 1,5 milhão para 3 milhões de m³/d por plataforma, com potencial para atingir patamares ainda superiores após ajustes complementares de processo. A unidade FPSO Almirante Barroso também contribuiu para os resultados alcançados.

“A expansão da capacidade de exportação de gás continuará nos próximos anos, com a entrada em operação dos sistemas previstos para as plataformas P-78 e P-79 até 2027. Ao final do desenvolvimento do campo, das 12 plataformas planejadas, oito contarão com capacidade de exportação de gás, incluindo a unidade Búzios 12, com início de operação previsto para 2032 e capacidade estimada de 5,5 milhões de m³/d”, informou a Petrobras, em nota. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Turismo
Compra: 5,17
Venda: 5,35

EURO

Compra: 6,00
Venda: 6,00

Previsão de gastos com INSS em 2027 é reduzida em R\$ 5 bilhões



Foto: Roberto Rodrigues/Forbes/Imagem

Principal item que pressiona as contas públicas, a Previdência Social deverá gastar R\$ 5 bilhões a menos que o inicialmente previsto em 2027. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou nesta terça-feira (25) a redução da estimativa de cerca de R\$ 1,224 trilhão para R\$ 1,218 trilhão.

Mesmo com a revisão para baixo, o valor previsto para o próximo ano representa uma alta de 7,92% em relação à estimativa para 2026, de R\$ 1,129 trilhão.

A atualização será utilizada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027. (Página 3)

Prouni: candidatos têm até hoje para registro na lista de espera

Página 6

Exposição temporária Luz da Língua revisita os 20 anos do Museu da Língua Portuguesa

Página 2

Lula, Motta e Alcolumbre acertam avanço de fim da escala 6x1 e da taxa das blusinhas antes das eleições

Página 4

Esporte

Etapa atípica em Interlagos mantém força do MOTO1000GP dentro e fora das pistas

O GP Interlagos by Diálogo movimentou o Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP), no fim de semana, com a quinta etapa da temporada 2026 do MOTO1000GP. Em razão das obras de reforma e melhorias e da indisponibilidade no circuito do domingo, a programação foi adaptada e as corridas ficaram concentradas entre sexta-feira (21) e sábado (22). Mesmo em um formato diferente do habitual, o campeonato manteve as disputas acirradas, com presença do público e uma operação segura durante os dois dias de atividades.

Na GP1000 by Motul, principal categoria do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, a etapa teve duas corridas e dois vencedores. Kevin Fontainha, da Honda Racing, venceu a Sprint de sexta-feira (21), enquanto Maxi Scheib, da JD43 Liquimoly, conquistou a corrida principal no sábado. O chileno superou Eric Granado, da Honda Racing, na última volta e recebeu a bandeira com

apenas 0s261 de vantagem.

Na GP600, Márcio Salles, da JD43M78 BLU CRU, venceu a prova e assumiu a liderança da competição. Na Daytona 660 Cup, João Carneiro, da Cajuru Racing, venceu e ampliou sua liderança no campeonato. Pedro Balla, da DRT/Motul Racing Team, terminou em segundo depois de ultrapassar Agustin Donatti, da Castrol, na linha de chegada. Já na GP Light, Marcelo Mirelli, da Castrol, venceu David Portugal, da JD43 Liquimoly, em uma disputa decidida nas voltas finais.

“Mesmo com todas as limitações que tivemos nesta etapa por conta das reformas e melhorias em Interlagos, conseguimos entregar um evento de qualidade para o público. Tivemos um formato diferente do habitual, mas conseguimos manter as corridas, as ativações e as atrações dentro do que era possível. Também conseguimos realizar uma etapa segura, com poucas quedas e nenhuma ocorrência grave. Esse é um ponto muito importante para nós e mostra o trabalho de toda a equipe”, afirma Donato Khouri.



Foto: MOTO1000GP

GP1000 by Motul teve dois vencedores na etapa

pe”, afirma Donato Khouri. A segurança foi uma das prioridades da operação. Para a etapa, o MOTO1000GP instalou mais de 300 metros de barreiras de proteção Airfence do tipo Duplo A, equipamento classificado pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM) entre os mais altos níveis de proteção. As barreiras absorvem o impacto da moto e do piloto em caso de acidentes, como quedas e saídas de pista. Os pontos de instalação seguiram orientações da Confe-

deração Brasileira de Motociclismo (CBM).

Fora da pista, o GP Interlagos by Diálogo teve ações das marcas parceiras no paddock e recebeu convidados no camarote. A programação também contou com a Pista de Habilidades da Mottu e o show de Freestyle Motocross de Fred Kyrillos, além das demais ativações realizadas durante a etapa.

A sexta etapa da competição está marcada para 27 de setembro, em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Serão 10 corridas de seis

categorias na pista gaúcha, incluindo o Campeonato Latino-Americano Feminino Yamaha R3 BLU CRU e a Moto4 Latin Cup. Credenciais e ingressos já estão disponíveis no Symply.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, Suhai Seguradora, Shoei, Diálogo Engenharia, Mottu e Tutto Moto e o apoio da Revista Duas Rodas. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Settle, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil. A GP1000 by Motul tem transmissão ao vivo da corrida principal, no domingo, em rede aberta pela TV Gazeta.

Atletas de clubes paulistas são convocados para defender o Brasil no Sul-Americano Sub-23

O atletismo paulista terá forte presença na Seleção Brasileira que disputará o 12º Campeonato Sul-Americano Sub-23 de Atletismo, de 16 a 18 de outubro, em Santa Fé, na Argentina, na nova pista do Centro de Treinamento Desportivo (CARD) Pedro Candiotti, que será reinaugurada durante o campeonato. A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAi) anunciou a convocação da equipe, que terá 26 atletas vinculados a clubes do Estado de São Paulo na competição. A convocação foi definida

a partir dos resultados do Campeonato Brasileiro Sub-23 de 2026, que garantirão vaga aos campeões de cada prova individual. As vagas remanescentes foram destinadas aos competidores com as melhores pontuações no World Athletics Scoring Table, considerando resultados obtidos entre 1º de janeiro e 26 de julho de 2026. Entre os convocados estão atletas de destaque do cenário nacional, representando equipes como Esporte Clube Pinheiros, AD Centro Olímpico, ADC São Bernardo, SESI-SP, Orcampi, AETA/Associação Taubaté

Country Club e Esporte Clube Praia Grande, entre outras.

No feminino, foram chamadas Victoria Campos de Almeida (EC Praia Grande), Camille Cristina de Oliveira (EC Pinheiros), Nykolli Alves da Silva Rangel (SESI-SP), Maria Eduarda de Oliveira (Associação Desportiva Barra Bonita), Julia Santos Calabretti e Vanessa Sena dos Santos (AD Centro Olímpico), Debora Ferreira Sabino e Maria Eduarda Cândido Teixeira (ADC São Bernardo) e Larissa da Silva Dutra (ADC São Bernardo).

No masculino, a lista conta com Wesley Henrique Dionísio da

Silva, Renan Miguel Alves dos Santos e Renan Akamine (AD Centro Olímpico); Jean Augusto da Silva Castro (Instituto Cultural Atilio Suman); Gustavo dos Santos Silva e Victor Elias Lino Chaves dos Santos (Orcampi); Thiago Resende Ornelas dos Santos e José Eduardo Mendes da Silva (AETA); Daniel da Costa Pimenta, Pedro Henrique dos Santos Aparecido, Benjamin da Silva Oliveira, Luan Robert Souza Ramiro Silva, Vitor Oliveira de Souza, Adrian Christian Martins de Oliveira e Thiago Borges Santos Lacerda (ADC São Bernardo); Auré-

lio Miguel de Souza Leite (EC Pinheiros) e Pedro Rafael Modesto (EC Praia Grande).

Presença expressiva de atletas ligados a clubes paulistas reforça a força do Estado na formação e no desenvolvimento de talentos que chegam à Seleção Brasileira e representam o país em competições internacionais.

Mais informações sobre o atletismo paulista estão disponíveis no site oficial da Federação Paulista de Atletismo, www.atletismopaulista.com.br, e nas redes sociais @atletismopaulista.

MP quer multa diária de R\$ 100 mil a Nunes por contrato de iluminação

O Ministério Público de São Paulo pediu à Justiça que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o presidente da SP Regula, João Manoel da Costa Neto, sejam intimados a cumprir decisões judiciais relacionadas ao contrato de iluminação pública da capital paulista, sob pena de multa diária individual de R\$ 100 mil.

O órgão quer que a gestão Nunes e a agência reguladora municipal retomem e concluem, em até 120 dias, uma concorrência internacional aberta em 2015 para o setor.

A exigência busca respaldo em uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que determina a reclusão de um participante irregularmente excluído do

processo. Essa conclusão tornou-se definitiva em 18 de dezembro de 2024, com o trânsito em julgado da sentença.

Retornado da disputa à época, o consórcio Walks tinha uma proposta cujo valor total ao longo de 20 anos custaria aos cofres municipais cerca de R\$ 1,3 bilhão a menos do que o proposto pela Ilumina SP. A atual concessionária assinou o contrato de parceria com o município em 2018 por aproximadamente R\$ 6,9 bilhões.

Embora a contratação não tenha ocorrido na atual gestão, o requerimento do Ministério Público apresentado na última quinta-feira (20) pede a aplicação de penalidades aos atuais gestores municipais sob a alegação de que a

determinação do Supremo ainda não foi cumprida pela prefeitura.

O pedido também envolve o envio mensal à Justiça de relatórios sobre as providências adotadas.

A PGM (Procuradoria-Geral do Município), órgão da gestão Nunes responsável pela defesa jurídica do município, nega que a decisão do STF não esteja sendo cumprida.

Além disso, a prefeitura afirma, por meio da SP Regula, que a concessão em questão beneficia a cidade. A agência diz que a contratação da Ilumina SP permitiu uma ampla modernização do parque de iluminação pública.

A Ilumina SP também nega irregularidades e diz que todos os pontos do certame foram investigados e esclarecidos.

O pedido de multa de R\$ 100 mil por dia é dirigido pessoalmente a Nunes e Costa Neto. O Ministério Público afirma que uma eventual penalidade processual não deve recair sobre os cofres municipais porque considera o município vítima das supostas fraudes e atos de corrupção investigados.

O cumprimento da pena requerida pelo Ministério Público depende de decisão da Justiça.

O mais recente requerimento do Ministério Público faz parte de um novo capítulo da investigação de supostas irregularidades envolvendo a concessão da iluminação pública de São Paulo.

Conforme reportagem da Folha de S. Paulo, o órgão ajuizou ação para tentar anular o contrato e um aditivo de R\$ 3,8 bilhões

que incorporou serviços de semáforos, além de pedir o bloqueio de R\$ 1,02 bilhão de agentes públicos investigados.

Esse valor corresponde ao suposto prejuízo mínimo calculado pelo Ministério Público de R\$ 513 milhões, considerando valores pagos à concessionária até julho deste ano, acrescido do mesmo valor a título de eventual multa. O pedido de bloqueio dos valores foi acatado pelo desembargador Borelli Thomaz, do TJ-SP.

A multa pessoal de R\$ 100 mil contra o prefeito e o presidente da SP Regula não foi requisitada na ação movida pela Promotoria — na qual o desembargador determinou o bloqueio de bens dos servidores. Esse novo pedido de punição foi apresentado pelo Ministério Público em uma petição de cumprimento de sentença nos autos derivados do mandado de segurança original, movido pelo consórcio Walks, que é justamente o processo ao qual não cabe mais recurso.

Na nova manifestação, os promotores Marcelo Ferreira de Souza Netto, Karyna Mori e Silvio Antonio Marques enderecem as críticas à atuação de autoridades municipais.

Segundo os promotores, o presidente da SP Regula e a procuradora-geral do município, Luciana Sant'Ana Nardi, "têm postergado o cumprimento dos julgados sob o argumento de que não foram estipulados prazos pelas instâncias superiores".

Eles também dizem que as

decisões deveriam ter sido cumpridas imediatamente após a ciência do município.

O MP afirma ainda que foram enviadas intimações pessoais em abril de 2025 à comissão responsável pela licitação e ao secretário municipal de Serviços e Obras. "Por conta dessa omissão dolosa, o Município de São Paulo continuou sofrendo prejuízos astronômicos inaceitáveis", dizem os promotores.

A Promotoria afirma também que poderá adotar "eventuais medidas civis e criminais de caráter pessoal" em razão do que classifica como descumprimento das obrigações impostas pelo Judiciário.

A PGM (Procuradoria-Geral do Município) afirmou em nota que a decisão do Supremo está sendo cumprida.

Na mesma resposta enviada à reportagem pela gestão Nunes, a SP Regula informa que a execução do contrato de iluminação pública na cidade acontece de forma regular, com fiscalização e acompanhamento permanentes pelo Tribunal de Contas do Município.

Segundo a agência reguladora municipal, a retomada e as suspensões do processo licitatório seguiram rigorosamente os prazos e as determinações do Poder Judiciário, em conformidade com a legislação.

Os pedidos de redução da execução do contrato atual aos serviços essenciais e mínimos de manutenção da iluminação pública e de retomada e conclusão da licitação em até 120 dias, com a

participação do consórcio Walks, já haviam sido rejeitados pela Justiça em primeira e segunda instâncias, diz a prefeitura.

Outro ponto destacado pela gestão Nunes é que a exclusão do Walks ocorreu em razão de uma impugnação relacionada à condição de uma das empresas integrantes do consórcio, e não durante a fase concorrencial da licitação.

Além disso, a resposta da agência da prefeitura cita que o STJ (Superior Tribunal de Justiça), em decisão que reformou entendimento anterior do TJ-SP, não estabeleceu qualquer impedimento ao regular prosseguimento do contrato.

A SP Regula ainda diz que sempre disponibilizou ao Ministério Público todas as informações solicitadas desde a retomada da licitação, colaborando de forma integral com os órgãos de controle e que a concessão em questão permitiu uma ampla modernização do parque de iluminação pública da cidade.

Desde 2018, diz a agência, praticamente 100% da rede de antigas lâmpadas de sódio foram substituídas por luminárias de LED, tecnologia mais eficiente e presente. Até junho deste ano, foram gastos 624 mil pontos de iluminação remodelados, além da ampliação em mais de 42,6 mil.

A Ilumina SP afirma que todos os pontos envolvendo a licitação já foram objeto de investigações anteriores, nas quais a concessionária prestou todos os esclarecimentos. (Folhapress)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pra vereadores e vereadoras que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

PREFEITURA (São Paulo)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pro Ricardo e pro Mello, mais secretários(as) que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

ASSEMBLEIA (São Paulo)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pra deputados e deputadas que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

GOVERNO (São Paulo)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pro Tarcísio Freitas e secretários(as) que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

CONGRESSO (Brasil)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pra deputados(as) e senadores(as) por SP que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

PRESIDÊNCIA (Brasil)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pro Lula e pro Alckmin, mais ministros(as) que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

PARTIDOS (Brasil)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pra dirigentes, mais os(as) filiados(as) que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados(as) por DEUS ... antes e depois do Cristo

JUSTIÇAS (Brasil)

28º Bial do Livro vai de 4 a 13 setembro 2026, no Distrito Anhembi. Pra profissionais nas carreiras jurídicas que buscam ser verdadeiros(as) cristãos, pode ser um encontro com autores(as) Inspirados por DEUS ... antes e depois do Justo Julgador

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por tornar-se referência nas Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Exposição temporária Luz da Língua revisita os 20 anos do Museu da Língua Portuguesa

Há 20 anos, o Museu da Língua Portuguesa abria suas portas para o público na capital paulista chamando a atenção por se dedicar a uma língua como patrimônio imaterial, em constante reinvenção pelos seus falantes. Luz da Língua, a nova exposição temporária da instituição, revisita a trajetória de duas décadas do museu no Brasil e internacionalmente e explora destaques do acervo, revelando como e porque se tornou a casa da língua portuguesa no mundo. Localizado na Estação da Luz, o Museu é uma instituição da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

Com curadoria de Isa Grinspum Ferraz e assistência curatorial de Marcelo Macca, Luz da Língua reúne parte do conteúdo encontrado em experiências da exposição principal do Museu, documentos originais, vídeos e fotografias. A identidade visual e a exposição são assinadas pelo Estúdio Bijari. Além disso, a exposição incorpora um espaço especial para que o público participe ativamente da exposição por meio de atividades promovidas pelos Núcleos Educativo, de Articulação Social e Centro de Referência — um convite para explorar a inventividade da língua e criar memórias sobre o museu.

Luz da Língua começa com uma instalação audiovisual criada por Leandro Lima a partir de trechos de vídeos do acervo do



A mostra Luz da Língua reúne parte do conteúdo encontrado em experiências da exposição principal do Museu, documentos originais, vídeos e fotografias

Museu. Com cerca de 26 minutos, a obra reúne artistas e estudiosos declamando poemas, cantando versos de canções ou refletindo sobre a língua portuguesa — entre eles, a atriz e cantora Zany Ten-tehar cantando Língua, de Caetano Veloso; o xamã indígena Davi Kopenawa falando em yanomami sobre sua relação com a língua portuguesa; e o escritor português Valter Hugo Mãe comentando que sua palavra preferida no português do Brasil é borogodó.

Uma linha do tempo revisita a história do Museu da Língua Portuguesa desde o início dos anos 2000, quando surgiram as primeiras ideias de criar uma instituição cultural dedicada à lin-

gua. Com fotografias, desenhos, documentos originais e recortes de reportagens, o público também vai reviver sua inauguração, em março de 2006; as primeiras exposições temporárias, dedicadas a escritores e escritoras; o incêndio em 2015 e o processo de reconstrução iniciado praticamente de imediato; e a reabertura em julho de 2021.

No final da linha do tempo, um vídeo original produzido pelo Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa apresenta depoimentos de pessoas de diversas idades, origens e ocupações sobre suas experiências com a instituição. O material dá uma dimensão da pluralidade de vo-

zes que passam pelo Museu — desde 2006, já são mais de 5,6 milhões de visitantes.

O público será o grande protagonista da terceira sala. Nela, os Núcleos Educativo e de Articulação Social, além do Centro de Referência, vão oferecer uma série de jogos, oficinas, contações de histórias e outras atividades, para diversas faixas etárias, tendo a língua como tema. Os materiais produzidos poderão ser levados pelos visitantes ou pendurados em um enorme varal presente no espaço expositivo.

Dez modelos de cartões-postais, com fotografias dos espaços do Museu e de sua fachada estarão disponíveis para o público utilizá-los para escrever mensagens aos amigos e à família. O envio será realizado pela equipe do Museu.

Ao olhar para o passado do Museu, a mostra temporária Luz da Língua revela que a língua é o melhor retrato de um povo e também o seu mais poderoso instrumento de transformação.

A exposição temporária Luz da Língua conta com patrocínio master da Petrobras e da Motiva; patrocínio do Instituto Votorantim e da Vale; apoio do Instituto Ultra, do Itaú Unibanco e da CAIXA. A realização é do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, e do Ministério da Cultura — Lei Rouanet./ (Governo de SP)

Campanha de Multivacinação continua nos 645 municípios de SP até 1º de setembro

São Paulo mantém até 1º de setembro duas frentes de mobilização para ampliar a vacinação. A Campanha de Multivacinação continua nos 645 municípios para atualizar a caderneta de crianças e adolescentes menores de 15 anos. Na capital, em Guarulhos e em São Bernardo do Campo, pessoas de 6 meses a 59 anos também podem receber a vacina contra o sarampo, independentemente do histórico vacinal.

No Dia D, realizado no último sábado (22), segundo dados preliminares do Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo (CVE-SP), foram aplicadas mais de 600 mil doses de diferentes vacinas em todo o estado.

A mobilização da continuidade das ações adotadas para reforçar as coberturas vacinais. No estado, a cobertura da primeira dose da tríplice viral, que prote-

ge contra sarampo, caxumba e rubéola, passou de 78,4%, em 2022, para 90,8%, em 2023, e chegou a 94,4% em 2024. Em 2025, ficou em 94,2%. Na segunda dose, o índice foi de 65,1%, em 2022, para 77% em 2023 e 88% em 2024. No ano passado, registrou de 84,5%.

O CVE-SP confirmou 23 casos de sarampo no estado: 20 em moradores da capital, dois em São Bernardo do Campo e um em Guarulhos. Crianças menores de 2 anos foram o grupo mais atingido.

Nos três municípios, a vacinação foi ampliada para pessoas de 6 meses a 59 anos e segue até 1º de setembro. A dose é aplicada independentemente do histórico vacinal, após avaliação da equipe de saúde.

Crianças de 6 meses a 11 meses e 29 dias recebem a chamada dose zero. Essa dose é uma pro-

teção adicional e não substitui as previstas no calendário: a primeira aos 12 meses e a segunda aos 15 meses, preferencialmente com a vacina tríplice viral.

Além da vacinação, as ações do CVE-SP incluem investigação dos casos, monitoramento de contatos, busca ativa e orientação aos serviços de saúde. Todo caso suspeito deve ser notificado, isolado e investigado sem que seja necessário aguardar a confirmação laboratorial.

O sarampo pode provocar febre, manchas vermelhas pelo corpo, tosse, coriza e conjuntivite. Pessoas com esses sintomas devem procurar atendimento e informar se viajaram recentemente ou tiveram contato com alguém com quadro semelhante.

Atualização da caderneta
A Campanha de Multivacina-

ção é voltada a crianças e adolescentes menores de 15 anos. Pais e responsáveis devem procurar uma unidade de saúde, preferencialmente com a caderneta de vacinação. A equipe confere o histórico e orienta sobre as doses indicadas para cada faixa etária.

As vacinas previstas no calendário são oferecidas gratuitamente pelo SUS. Os horários e os pontos de atendimento devem ser consultados junto ao município.

Vacina 100 Dúvidas

O portal Vacina 100 Dúvidas reúne informações sobre segurança, calendário de vacinação, possíveis reações e prevenção de doenças. A plataforma pode ser acessada em www.vacina100dvidas.sp.gov.br (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Prévia da inflação fica em -0,40%, a menor desde agosto de 2022

O desconto do Bônus de Itaipu na conta de luz e os preços dos alimentos ajudaram a jogar a prévia da inflação de agosto para baixo e fazer o índice fechar o mês em -0,40%, a menor desde agosto de 2022, quando marcou -0,73%.

Os dados fazem parte do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado nesta quarta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho o indicador tinha marcado 0,06%. Com o resultado de agosto, o IPCA-15 acumula 4,24% em 12 meses.

Bônus na conta de luz

Dos nove grupos de produtos e serviços apurados pelo IBGE, cinco apresentaram deflação no mês: Alimentação e bebidas: -0,57% (impacto de -0,12 ponto percentual); Habitação: -1,41% (-0,22 p.p.); Artigos de residência: 0,04% (0 p.p.); Vestuário: -0,20% (-0,01 p.p.); Transportes: -1% (-0,20 p.p.); Saúde e cuidados pessoais: 0,40% (0,05 p.p.); Despesas pessoais: 0,66% (0,07 p.p.); Educação: 0,46% (0,03 p.p.); Comunicação: -0,02% (0 p.p.).

O preço da energia elétrica residencial foi o subitem que mais



Foto: Marcela Camargo/ABR

puxou a prévia da inflação para baixo, recuando 6,25% (-0,26 p.p.). A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto que consumidores receberam na conta de luz.

Alimentos

O grupo alimentação e bebidas (-0,57%) foi influenciado pela alimentação no domicílio, que ficou 0,97% mais barata.

Veja os alimentos que mais caíram de preço: tomate: -27,38%; batata-inglesa: -25,14%; cenoura: -17,05%; café moído: -2,31%.

Queda na gasolina

A deflação no grupo transportes foi puxada principalmente

pelo preço da passagem aérea, que recuou 13,30% no mês. Os combustíveis também contribuíram (-1,43%). Foram registradas quedas no diesel (-3,63%), na gasolina (-1,23%) e no óleo diesel (-0,71%).

IPCA-15 e IPCA

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3% no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos.

A diferença está no período

de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa e feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 16 de julho a 14 de agosto.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621.

O IPCA-15 coleta preços de 367 produtos e serviços (10 a menos que o IPCA) em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju).

O IPCA cheio de agosto será divulgado em 11 de setembro. O boletim Focus da última segunda-feira (24), sondagem do Banco Central (BC) com instituições do mercado financeiro, aponta que o mercado espera que a inflação de agosto fique em -0,18% (Agência Brasil).

Justiça libera R\$ 2,7 bilhões para pagar atrasados do INSS

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou um novo lote com atrasados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para aposentados, pensionistas e outros segurados que venceram ações e tiveram o pagamento autorizado. Entram neste lote os atrasados que foram autuados em julho de 2026, ou seja, tiveram o pedido de pagamento naquele mês.

Foram liberados R\$ 2,745 bilhões para quitar atrasados de ações previdenciárias e assistenciais, como revisões de aposentadorias, auxílio-doença, pensões e outros benefícios, que somam 125.963 processos, com 173.283 beneficiários. No total, a Justiça liberou R\$ 3,3 bilhões neste lote, considerando também ações de outras áreas.

Cada tribunal responsável pelo processo faz a liberação do dinheiro conforme cronogramas próprios. Na etapa de processamento dos valores, o tribunal abre uma conta na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Após a conclusão do proces-

samento, é possível consultar, no site do tribunal, em qual banco o dinheiro foi liberado.

Para consultar os detalhes sobre o seu atrasado, o beneficiário deve acessar o do tribunal responsável pela ação.

Os atrasados são pagos após a conclusão do processo e a expedição da requisição de pagamento pela Justiça.

Os atrasados são pagos apenas a quem ganhou a ação judicial contra o instituto, sem que haja nenhuma possibilidade de recurso. Isso ocorre após uma etapa processual chamada de trânsito em julgado.

COMO SEI EM QUAL DATA VOU RECEBER?

A data de pagamento dos atrasados depende de quando o juiz mandou o INSS quitar a dívida e do valor do atrasado. Nos lotes mensais são pagos atrasados de até 60 salários mínimos. Valores que superam esse teto são pagos via precatórios, que são pagos apenas uma vez por ano. (Folhapress)

Previsão de gastos com INSS em 2027 é reduzida em R\$ 5 bilhões

Principal item que pressiona as contas públicas, a Previdência Social deverá gastar R\$ 5 bilhões a menos que o inicialmente previsto em 2027. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou nesta terça-feira (25) a redução da estimativa de cerca de R\$ 1,224 trilhão para R\$ 1,218 trilhão.

Mesmo com a revisão para baixo, o valor previsto para o próximo ano representa uma alta de 7,92% em relação à estimativa para 2026, de R\$ 1,129 trilhão.

A atualização será utilizada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que deve ser enviado ao Congresso Nacional até a próxima segunda-feira (31).

Fila reduzida

A revisão das despesas ocorre em meio às ações do governo para reduzir o estoque de pedidos de benefícios que aguardam análise do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo o Ministério da Previdência Social, a fila caiu de 1,8 milhão de requerimentos em junho para 1,55 milhão no fim de julho. No acumulado do ano, a redução chega a 74%.

A diminuição da fila, porém, tem efeito direto sobre os gastos públicos, porque a análise e a concessão de mais benefícios elevam as despesas previdenciárias.

Durante a reunião, o diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, Eduardo Pereira, afirmou que as ações de combate à fila aumentaram a incerteza nas projeções para 2026.

“As ações de combate à fila trouxeram uma incerteza maior ainda na nossa projeção”, disse Pereira.

Gastos com benefícios

A maior parte dos recursos previstos para 2027 será destinada ao pagamento de benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões. A estimativa para essa despesa é de R\$ 1,161 trilhão, alta de 8,76% em relação aos R\$ 1,067 trilhão projetados para 2026.

A previsão anterior era de R\$ 1,166 trilhão para 2027. Portanto, a nova estimativa representa uma redução de aproximadamente R\$ 5,25 bilhões.

Outras despesas também foram revisadas: Compensação

previdenciária: R\$ 8,113 bilhões em 2027, alta de 2,9%; Sentenças judiciais: R\$ 49,391 bilhões, queda estimada de 8,08%; Despesas previdenciárias totais: R\$ 1,218 trilhão.

As projeções para as sentenças judiciais não sofreram alterações.

Revisão para 2026

O CNPS também reduziu a previsão de despesas obrigatórias da Previdência para 2026. O valor passou de aproximadamente R\$ 1,136 trilhão para R\$ 1,129 trilhão, queda de R\$ 6,474 bilhões.

Segundo Eduardo Pereira, a queda está relacionada, entre outros fatores, aos parâmetros considerados mais conservadores nas projeções. Os resultados financeiros recentes também têm indicado despesas abaixo das estimativas anteriores.

O diretor afirmou que ainda existe a possibilidade de uma nova redução da previsão até o fim do ano.

Peso no orçamento

As despesas previdenciárias têm forte impacto sobre as contas públicas. Segundo os dados

apresentados ao CNPS, os benefícios previdenciários representam cerca de 43% da despesa primária do União.

Por causa do tamanho desses gastos, pequenas alterações percentuais nas projeções podem representar bilhões de reais e afetar o espaço disponível no orçamento federal.

A revisão para 2027 abre, portanto, um espaço orçamentário de aproximadamente R\$ 5 bilhões, que poderá ser considerado pelo governo na elaboração do PLOA.

Aprovação do CNPS

A nova projeção para as despesas previdenciárias de 2026 e 2027 foi aprovada por unanimidade pelo CNPS.

O conselho reúne representantes do governo federal, de aposentados e pensionistas, trabalhadores em atividade e empregadores.

Os números revisados serão encaminhados ao Ministério do Planejamento e Orçamento e servirão de base para a elaboração da proposta orçamentária de 2027, que deverá chegar ao Congresso até 31 de agosto. (Agência Brasil)

Até 53% da Dívida Pública Federal poderá ser corrigida pela Selic



Foto: Rafael Nader/Agência Brasil

O interesse dos investidores pelos títulos públicos vinculados aos juros fez o Tesouro Nacional elevar a proporção da Taxa Selic (juros básicos da economia) no endividamento do governo. A Dívida Pública Federal (DPF) poderá chegar a 2026 com 49% a 53% do valor corrigido pela Selic, que está em 14% ao ano.

A nova meta consta da revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgada na quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional. O documento traz metas e parâmetros para a administração da dívida pública do governo.

Tradicionalmente, o PAF é divulgado em janeiro, mas passa por revisões no segundo semestre de cada ano. A meta para o valor total da DPF no fim de 2026 permanece na faixa de R\$ 9,7 trilhões a R\$ 10,3 trilhões, mas a composição da dívida pública foi revisada.

Com o aumento nos títulos vinculados à Selic, a revisão publicada nesta quarta trouxe quedas nas fatias dos prefixados e corrigidos pela inflação.

de 21% a 25% para 20% a 24%; Títulos vinculados ao câmbio: sem mudanças, de 3% a 7%.

O prazo médio da DPF foi mantido de 3,8 a 4,2 anos. O Tesouro Nacional só divulga o prazo em anos, não em meses.

Diferenças entre os títulos

Os títulos vinculados à Selic (juros básicos da economia) estão atirando o interesse dos compradores por causa dos juros altos definidos pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), atualmente em 14% ao ano. O lançamento do Tesouro Reserva, papel atrelado à Selic equivalente aos cofrinhos oferecidos por instituições financeiras, também contribuiu para elevar a demanda.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo.

A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa. (Agência Brasil)

Receita arrecada R\$ 3,1 bilhões com Imposto de Renda sobre dividendos

Principal alternativa do governo para compensar a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, a tributação sobre lucros e dividendos continua a arrecadar menos que o previsto. De janeiro a julho, a Receita Federal recebeu R\$ 3,145 bilhões com a medida, o equivalente a apenas 18,3% da previsão revisada de R\$ 17,2 bilhões para todo o ano.

A estimativa inicial do governo era arrecadar cerca de R\$ 28 bilhões com Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre dividendos acima de R\$ 50 mil por mês. O valor foi reduzido para R\$ 17,2 bilhões no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado em julho.

Do total arrecadado até julho: • R\$ 2,043 bilhões vieram de dividendos pagos a residentes no Brasil; • R\$ 1,102 bilhão correspondeu a valores pagos ou remetidos ao exterior; • somente em julho, foram arrecadados R\$ 906,65 milhões, maior resultado mensal desde o início da cobrança.

Receita sobe mês a mês

Apesar de o montante acumulado estar abaixo da previsão anual, a arrecadação vem crescendo ao longo de 2026.

Os valores passaram de R\$ 5,5 bilhões em janeiro para R\$ 906,65 milhões em julho. A evolução mensal foi: • Janeiro: R\$ 5,5 mi-

lhões; • Fevereiro: R\$ 151,5 milhões; • Março: R\$ 306,6 milhões; • Abril: R\$ 421,5 milhões; • Maio: R\$ 651,9 milhões; • Junho: R\$ 701,5 milhões; • Julho: R\$ 906,65 milhões. Fonte: Receita Federal

A parcela relacionada a dividendos remetidos ao exterior também ganhou peso durante o ano. Em julho, foram arrecadados R\$ 419,28 milhões nessa modalidade, contra R\$ 5 milhões em janeiro.

Receita vê incerteza

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, afirmou que ainda não há elementos técnicos suficientes para concluir que a arrecadação esteja abaixo do esperado.

“Técnicamente, não há fundamentos para dizer que a arrecadação com IRRF sobre dividendos está abaixo do esperado”, respondeu.

Segundo Malaquias, a distribuição de lucros pelas empresas não segue um calendário fixo e pode variar ao longo do ano.

“A distribuição de dividendos é um ato voluntário das empresas, com critérios próprios, e não existe uma data predeterminada para que as companhias façam a distribuição”, justificou.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita afirmou ainda que as projeções são reavaliadas periodicamente.

“A base de dividendos que foi considerada na projeção é a base de dividendos que vinha sendo apresentada pelas empresas. Pode ser alterado? Pode. Por isso a cada dois meses fazemos a revisão”, declarou.

A tributação dos dividendos começou a valer em 1º de janeiro de 2026, após mudanças promovidas pela Lei 15.270, de novembro de 2025.

Para pessoas físicas residentes no Brasil, passou a incidir IR de 10% sobre lucros e dividendos pagos por uma mesma empresa a uma mesma pessoa no mesmo mês quando o valor ultrapassa R\$ 50 mil a cada 30 dias.

Para lucros e dividendos pagos, creditados ou remetidos ao exterior, também foi estabelecida alíquota de 10%.

A mudança foi criada como parte do mecanismo de compensação pela ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que passou a beneficiar quem recebe até R\$ 5 mil por mês, além da redução do imposto para contribuintes com renda mensal de até R\$ 7.350.

Impacto nas contas

A equipe econômica estimou inicialmente que a ampliação da isenção do IRPF provocaria uma perda de arrecadação de aproximadamente R\$ 28,04 bilhões em 2026.

A tributação dos dividendos foi planejada para compensar

parte desse impacto. Entretanto, a arrecadação até julho ainda está distante da previsão anual, mesmo considerando a estimativa revisada de R\$ 17,2 bilhões.

A Receita ressalta, porém, que a arrecadação com dividendos não ocorre de maneira linear. Enquanto o imposto descontado dos salários produz efeitos mensais mais previsíveis, a receita sobre dividendos depende das decisões das empresas sobre quando distribuir seus lucros.

O ajuste definitivo relacionado ao chamado imposto mínimo sobre altas rendas será feito posteriormente, na declaração anual.

Revisão em setembro

Questionado sobre a possibilidade de arrecadar cerca de R\$ 14 bilhões entre agosto e dezembro para alcançar a previsão revisada, Malaquias afirmou que o Fisco seguirá o calendário oficial de acompanhamento das contas públicas.

“A Receita Federal obedece a esse regimento. Qualquer antecipação feita de informações de natureza fiscal e econômica fora das regras, a Receita estaria extrapolando seu papel institucional”, disse.

A próxima revisão das projeções ocorrerá na divulgação de setembro do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. (Agência Brasil)

STF valida proibição de devedor contumaz pedir recuperação judicial

Habib's entra em recuperação judicial com dívida de R\$ 265,2 milhões

O Habib's entrou em recuperação judicial na segunda-feira (24). No pedido feito à Justiça de São Paulo, o grupo econômico declarou dívida de R\$ 265,2 milhões. A decisão favorável, proferida pelo juiz Jomar Juarez Amorim, nomeou a consultora KPMG como administradora judicial.

Procurado pela reportagem, o Grupo Habib's afirmou, por meio da assessoria, que o objetivo da recuperação é preservar a sustentabilidade e a evolução do negócio no longo prazo.

"As operações do grupo seguem funcionando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes, a rotina e a qualidade de suas unidades. Presente na vida dos brasileiros há quase 40 anos, a companhia segue comprometida com a força de suas marcas, a evolução de seu negócio e a continuidade de uma história construída ao lado de milhões de brasileiros", diz a nota.

Segundo os argumentos apresentados pela empresa no processo, a crise se deve à pandemia de Covid-19, ao crescimento das plataformas de delivery, que atrapalharam os resultados das lojas físicas, e à alta da taxa de juros nos últimos anos.

A empresa afirma que a elevação da Selic de 4% para cerca de 15% elevou o custo de captação de todas as ações de execução de dívidas contra a empresa e ordenou que credores não suspendam ou interrompam contratos em razão do pedido de recuperação judicial.

No entanto, negou a liberação de recebíveis bancários cedidos em garantia fiduciária - aquela em que o devedor cede ao credor o direito temporário sobre algum crédito ou ativo financeiro. Agora, o conglomerado tem 60 dias para apresentar o plano de reestruturação, sob pena de entrar em processo de falência.

Ao todo, 178 pessoas jurídicas do grupo Geniuss estão no pedido de recuperação. Além delas, constam dois sócios do grupo, Alberto Saraiva e Belchior Saraiva. Segundo o Habib's, a atividade rural exercida por eles tem relação direta com a cadeia produtiva do grupo.

Entre as empresas, estão dez franquizadoras e holdings de participação, 17 sociedades de estrutura operacional, seis churrascarias Tendal, 119 lojas Habib's e 26 lojas Ragazzo. (Folhapress)

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu confirmar a validade da regra do Código de Defesa do Consumidor (Lei Complementar 225/2026) que proibiu empresas que são devedoras contumazes de solicitarem recuperação judicial. A decisão foi tomada no dia 21 deste mês.

Por unanimidade, o plenário virtual da Corte rejeitou ação protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para suspender esse trecho da norma. Para a entidade, a proibição impede o acesso à Justiça e representa uma forma coercitiva de cobrança de impostos.

Prevaleceu no julgamento o

voto do relator, ministro Flávio Dino. No entendimento do ministro, a lei criou uma proteção para que o Estado possa se proteger de empresas que não pagam impostos de forma reiterada.

"O princípio da preservação da empresa deve recair sobre unidades que operam sob a égide da boa-fé e da lealdade fiscal, hipótese que não se coaduna com o agir do devedor contumaz, o qual incorpora o não pagamento de tributos, reitero, ao seu modelo de negócios", afirmou o relator.

O entendimento pela validade da lei foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Edson Fachin, An-

dré Mendonça, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques.

Devedor contumaz

A lei aprovada pela Câmara em dezembro criou a figura do devedor contumaz. A categoria abrange empresas que praticam inadimplência reiterada, utilizando a prática como estratégia de negócio.

De acordo com a Receita Federal, a medida busca fortalecer a conformidade tributária, estimular a concorrência leal e dar mais transparência às ações de fiscalização.

O órgão ressalta que a iniciativa não tem como foco empresas que enfrentam dificuldades

financeiras temporárias, mas casos em que a inadimplência é planejada para gerar vantagem competitiva.

Pelas regras, quem for comprovadamente um devedor contumaz fica impedido de receber benefícios fiscais, contratar com o Poder Público e não é beneficiado com extinção de punibilidade em crimes tributários caso pague o tributo.

Um processo administrativo é aberto para que o contribuinte possa se defender antes de ser considerado devedor contumaz. Até julho, a Receita Federal já enquadrara 22 pessoas jurídicas nessa categoria. (Agência Brasil)

Fila de espera do INSS cai para 1,2 milhão de requerimentos

A fila de pedidos de análise de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) caiu para 1,282 milhão de requerimentos, segundo dados parciais até 24 de agosto. É o menor patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2023.

O número representa uma redução de 59% em relação a janeiro, quando havia 3,073 milhões de requerimentos pendentes. Os dados foram apresentados pelo diretor de Benefícios do INSS, Leonardo Bittencourt, durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Entre os processos que aguardam há mais de 45 dias, a redução foi ainda maior. Atualmente, são 261 mil requerimentos, contra 1,882 milhão em janeiro, queda de 86%.

O total de requerimentos não representa o número de pessoas

porque, em tese, um segurado pode abrir mais de um pedido de análise no INSS.

Fila total: 1.282 milhão de processos; • Redução desde janeiro: 59%; • Requerimentos de mais de 45 dias: 261 mil; • Queda nessa parcela desde janeiro: 86%.

Recorde de concessões

A redução da fila ocorre ao mesmo tempo em que o INSS registra um recorde na concessão de benefícios.

De janeiro a julho de 2026, o instituto concedeu, em média, 730 mil benefícios por mês. O número é 67% superior à média registrada no mesmo período de 2022, quando foram concedidos 438 mil benefícios mensais.

Em 2025, a média mensal entre janeiro e julho havia sido de 641 mil benefícios.

O aumento nas concessões

está relacionado às medidas adotadas para acelerar a análise dos pedidos e reduzir o estoque de processos pendentes.

Tempo de decisão

O tempo médio para a análise de um benefício pelo INSS está atualmente em 35 dias. O prazo varia de acordo com o tipo de pedido.

• Salário-maternidade: 11 dias; • Benefícios por incapacidade: 30 dias; • Aposentadorias: 33 dias; • Benefícios assistenciais: 65 dias.

Os benefícios assistenciais têm prazo maior porque podem exigir perícia médica e avaliação biopsicossocial, procedimentos necessários para a análise da condição do requerente.

Fila de perícias

A fila para realização de perícias médicas também apresentou forte redução.

Segundo a Perícia Médica Federal, o número de pessoas aguardando atendimento caiu de 1,230 milhão em novembro de 2025 para 196.615 em agosto de 2026. A redução chegou a 84%.

O tempo médio nacional de espera por uma perícia está atualmente em 17 dias. Em agosto de 2023, a média era de 70 dias, o que representa uma queda de 75%.

Diferenças regionais

Apesar da redução nacional, o tempo de espera varia entre os estados.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a espera média está em apenas seis dias. São Paulo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba e Rio de Janeiro registram média de 15 dias.

O Distrito Federal apresenta o maior tempo médio de espera entre as unidades citadas, com 38 dias. (Agência Brasil)

CCJ do Senado prevê votação da PEC da Segurança na próxima semana

A Proposta de Emenda à Constituição 18 de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, entrou na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com reunião marcada para próxima quarta-feira (2). A informação foi confirmada pela assessoria do presidente da Comissão, o senador Otto Alencar (PSD-BA).

A PEC, de autoria do Poder Executivo, endurece regras para chefes de facções criminosas e estabelece novo pacto federativo entre União, estados e municípios para o enfrentamento ao crime no Brasil.

O relator da matéria, senador Rogério Carvalho (PT-SE), publicou o parecer na terça-feira (25) e manteve, na íntegra, o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a intenção é não "atrasar a votação da matéria", porque alterações na proposta exigiriam uma nova análise da Câmara.

No parecer, o relator Rogério Carvalho argumenta que a PEC propõe "ampla reforma constitucional da política criminal, da organização policial, da atividade de inteligência, do sistema penitenciário, dos mecanismos de controle institucional e do financiamento do setor".

O senador sergipano cita o avanço das facções criminosas no Brasil, por meio da "expansão do controle territorial", como justificativa para alterar o pacto federativo sobre a segurança pública que, segundo ele, se mostrou "frágil" diante da nova realidade do crime.

"Seu modelo altamente descentralizado, em que a política de segurança foi conduzida pelos governos estaduais sem qualquer tipo de governança ou diálogo interfederativo, teve o efeito de permitir que facções, gestadas inicialmente no interior dos presídios estaduais e enraizadas em territórios vulnerabilizados, tornassem-se problema até mesmo de política internacional", escreveu o relator.

A PEC da Segurança

A PEC propõe, entre outras medidas, a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), alterando o artigo 144 da Carta Magna, que trata da segurança pública.

A proposta inclui que a segurança deve ser exercida "em regime de cooperação federativa" e "por meio da atuação integrada e descentralizada" das diferentes instituições que trabalham com o tema.

"Art. 144-A. Os órgãos de segurança pública articular-se-ão em regime de cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Segurança Pública, destinado a assegurar a eficiência da prevenção, da persecução e da execução penal", define o texto.

A PEC estabelece penas mais duras e regimes especiais de prisão para os chefes de facções e milícias, como prisão em unidades de segurança máxima e restrição ou vedação à progressão de penas.

A PEC ainda amplia atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), prevê a criação de polícias municipais e aumenta a vinculação do orçamento público para segurança pública.

Segundo a PEC, 50% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) serão repassados pela União para os estados e municípios, excluídas despesas de custeio e investimento da polícia penitenciária nacional do Funpen.

"As regras de financiamento fortalecerão o FNSP e o Funpen, criam vinculações e blindagens orçamentárias e garantem repasses obrigatórios. Essas medidas aumentam a previsibilidade financeira, garantindo a perenidade das ações policiais", escreveu o relator.

A PEC ainda prevê que 10% do superávit financeiro anual do Fundo Social, ligado ao pré-sal, sejam destinados aos fundos da segurança, "reforçando o financiamento contínuo das políticas nacionais de segurança pública e execução penal".

A proposta ainda prevê a criação do Sistema de Políticas Penais, responsável pelo sistema prisional brasileiro, e autoriza União, estados e municípios a atuarem conjuntamente na legislação sobre segurança pública, organização de polícias, guardas municipais e sistema socioeducativo.

O sergipano ainda rejeitou as quatro emendas apresentadas pelos senadores para alterações no texto.

"Sua alteração nesta fase de tramitação, sem novo debate com os setores impactados, pode gerar insegurança jurídica e desequilíbrio na alocação de recursos", justificou Carvalho ao rejeitar uma das emendas apresentadas.

Pelo menos outras 13 emendas com sugestões de alterações foram protocoladas após o relator Rogério Carvalho divulgar o parecer à PEC 18 de 2025. (Agência Brasil)

Lula, Motta e Alcolombre acertam avanço de fim da escala 6x1 e da taxa das blusinhas antes das eleições

A comissão mista para discutir a MP (medida provisória) da taxa das blusinhas deve ser instalada na próxima terça-feira (1º), após acordo do presidente Lula (PT) com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolombre (União-AP).

Junto a isso, também ficou acertado o avanço de outras pautas caras à gestão petista, como o fim da escala 6x1 e a PEC da Segurança, cujos relatórios serão levados à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) também na semana do esforço concentrado.

Além do projeto sobre a taxação, os três líderes definirão nesta quarta-feira (26) as pautas prioritárias para deliberação na próxima semana. Haverá um esforço concentrado para avançar nos projetos antes do recenseio do período eleitoral.

A cobrança de 20% para compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 258) está suspensa por meio de uma medida provisória (MP) publicada pelo governo em 13 de maio. Se a MP não

for votada até o dia 8 de setembro, perderá validade. Com isso, a cobrança voltará a ser feita a menos de um mês do primeiro turno das eleições, em 4 de outubro.

De acordo com os líderes, a MP deverá ser apreciada pelo plenário antes do pleito. "Essa medida provisória não vai caducar", afirmou Alcolombre.

Após a reunião, Motta entregou a presidência da comissão especial que analisará a taxa das blusinhas para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). O mineiro faz parte da ala econômica do partido, e foi um dos articuladores da reforma tributária no Congresso.

A relatoria da medida ainda será definida por Alcolombre, mas terá um nome do partido na presidência da comissão é uma vitória do governo. Será Reginaldo o responsável por determinar o andamento da MP e a data da sua votação.

A proposta que discute o fim da 6x1 e uma das principais pautas da agenda de Lula para a reeleição e estava travada no Senado. O acordo desta terça

é fruto de uma reaproximação política recente entre o presidente e Alcolombre, após um período de atritos e derrotas do governo no Legislativo.

Na fala, Alcolombre informou que o relator da PEC que discute o fim da escala 6x1 será o relatório a ser apresentado na próxima quarta-feira na CCJ.

O senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da proposta, apresentará seu relatório nesta quinta-feira (27), para leitura na próxima quarta-feira (2) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A oposição reagiu e protocolou 12 emendas para tentar alterar o texto. Se a PEC sofrer mudanças no Senado, volta para a Câmara, dificultando sua promulgação antes da eleição. Aziz, porém, indicou que pretende rejeitá-las e manter o texto que os deputados aprovaram em maio.

O governo também conta com o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), para garantir a aprovação na quarta-feira. Espera-se que o senador dê apenas algumas horas para

eventuais pedidos de vista da oposição, impedindo que a votação da PEC seja adiada.

Já para a PEC da Segurança, o relator será Rogério Carvalho (PT-SE), e a proposta também deve ser apreciada na próxima semana pela comissão.

As propostas têm apelo eleitoral. Lula e seu grupo político gostariam que elas fossem votadas pelo Congresso antes da votação de outubro, quando o petista terá um novo mandato à frente do Planalto.

As propostas relacionadas a minerais críticos e sobre o Redata (Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter) também estão com previsão de serem pautadas na próxima semana.

"Ninguém está pedindo que a gente não tenha divergência em algumas coisas. Duas pessoas sempre vão ter divergência. O que é importante é que a gente tenha dimensão do que é mais importante, do que é principal e do que é prioritário", disse Lula. (Folhapress)

Rio exonera 6,1 mil comissionados e prevê economia de R\$ 221 milhões

A atual gestão do governo do Estado do Rio de Janeiro cortou mais de 6 mil cargos em comissão em todos os órgãos da administração, de um total de 14.340 comissionados existentes em março de 2026. A projeção é que a medida gere uma economia de R\$ 221 milhões até dezembro.

Grande parte dos servidores exonados sequer tinha senhas de acesso aos sistemas do Estado, como o SEL, sendo considerados funcionários fantasmas. Os comissionados fantasmas apareciam apenas uma vez por mês para assinar a folha de ponto.

Até o dia 21 de agosto, já foram exonados 6.145 servidores comissionados, enquanto as nomeações somam 2.496. A economia considera apenas os cargos que continuam vagos.

Há previsão de novas exonerações conforme os trabalhos de auditoria em andamento no Gabinete de Segurança Institucional e na Controladoria Geral do Estado forem concluídos.

As nomeações do primeiro escalão realizadas desde março são compostas, em sua maioria, por servidores de carreira. Em todos os níveis, os escolhidos

passam por avaliação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). As decisões têm como premissa fundamental a preservação do erário e a aplicação responsável e eficiente dos recursos públicos baseada em eficiência, transparência e resultados.

Redução de secretarias

Atualmente, a estrutura do governo conta com 28 secretarias. Em março, eram 32. Para reduzir o número de pastas, o governo optou pela fusão de algumas secretarias.

A gestão interina do desem-

bargador Ricardo Couto teve início no dia 23 de março de 2026. Ele assumiu o cargo após o governador Cláudio Castro renunciar para disputar uma vaga no Senado Federal.

No dia 24 de março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou o ex-governador Cláudio Castro inelegível. No dia 2 de junho, o plenário do TSE julgou os recursos e manteve a condenação por 5 votos a 2. Com a decisão, Castro ficou inelegível por oito anos, contados a partir da eleição de 2022, tornando-se inelegível até 2030. (Agência Brasil)

[illegible]

PUBLICIDADE **LEGAL**

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

Publique seus atos legais em um veículo de tradição e confiança.

- EDITAIS**
Licitações, licitação, contratação, licitação e outras.
- ATAS SOCIAIS**
Atas, estatutos, estatutos, estatutos, estatutos.
- BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Balancetes, balanços, balanços, balanços.
- CONVOCAÇÕES E RESOLUÇÕES OFICIAIS**
Convocações, convocações, convocações, convocações.

JORNAL
O DIA SP
Fund. 1913

INFORMAÇÃO EM PRIMEIRA MÃO
TRANSMISSÃO DE QUALIDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras.

TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E CREDIBILIDADE

FALSA

VERDADE

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM QUEM TEM TRADIÇÃO E INFORMAÇÃO.

O DIA SP

FALSA

VERDADE

**TRANSPARÊNCIA,
SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE**

FALSA

VERDADE

- Atendimento especializado** para empresas, comércios, associações, comércios e outras

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) arrecadou no primeiro semestre pouco menos de 20% do valor esperado com dividendos de empresas estatais federais para este ano. O baixo desempenho acendeu um alerta entre analistas para o risco de frustração dessas receitas, que são uma fonte importante de recursos para cumprir a meta fiscal de 2026.

A equipe econômica espera obter R\$ 55,5 bilhões em dividendos neste ano, mas só R\$ 10,4 bilhões entraram no caixa do Tesouro de janeiro a junho (18,7% do estimado). Em igual período do ano passado, a arrecadação ficou em R\$ 25 bilhões, em valores já atualizados pela inflação ou seja, houve uma queda real de 58% no período.

Os dividendos são uma remuneração equivalente a parte do lucro obtido por empresas. O governo recebe esses valores de companhias nas quais a União tem participação. Em 2025, os principais pagadores de dividendos foram BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Petrobras e Caixa Econômica Federal.

Integrantes do governo atribuem os resultados mais tímidos de 2026 até agora a uma diferença de calendário e afirmam que é possível haver pagamentos mais significativos no segundo semestre. Um deles virá do BNDES, que aprovou repasse extraordinário de R\$ 6,8 bilhões, ainda com base em resultados obtidos em 2025. Com a correção devida pelo período, o repasse efetivo deve alcançar R\$ 7,25 bilhões, a ser feito até o fim de setembro.

Ainda assim, a equipe econômica precisa de um reforço de R\$ 40 bilhões em seis meses para alcançar o valor projetado, o que analistas consideram de difícil realização.

O pagamento de dividendos não depende só da aferição de lucro, mas também do calendário corporativo e da decisão dos administradores das companhias do quanto distribuir aos acionistas.

Mesmo em casos excepcionais como o da Petrobras — que anunciou uma distribuição de R\$ 17,4 bilhões em dividendos após o lucro turbinado pela alta do petróleo no segundo trimestre, a parcela que caberá à União será de cerca de R\$ 5 bilhões.

O BNDES é quem tem atuado como uma espécie de fator de ajuste nessa balança. A contribuição da instituição passou de R\$ 10,4 bilhões em 2023 para R\$ 29,5 bilhões em 2024, recuando a

R\$ 22,3 bilhões em 2025.

Nos dois últimos anos, os valores do banco foram engordados por repasses extraordinários. Em 2024, foram R\$ 24,1 bilhões. Já no ano passado, o montante complementar ficou em R\$ 9,5 bilhões.

Em 2026, além do repasse extra já aprovado, o BNDES detém outros R\$ 9,5 bilhões na chamada reserva de equalização de dividendos, referentes a vários exercícios. A conta pode ser usada para fazer novos pagamentos à União ao longo deste ano.

Procurado, o BNDES disse que mantém diálogo com os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, “órgãos responsáveis pela definição de pagamentos de dividendos extraordinários, e que devem ser consultados sobre o corrente ano”.

Outras companhias, porém, já sinalizaram que não devem efetuar pagamentos extraordinários. É o caso da Petrobras, que teve um lucro de R\$ 52,4 bilhões no segundo trimestre, mas deve usar o caixa adicional para priorizar investimentos e reduzir o endividamento. “É muito pouco provável” [a distribuição extraordinária de dividendos], disse o diretor financeiro da companhia. Fernando Meloza-

jo, no início de agosto.

Segundo um integrante da equipe econômica, ainda é cedo para saber se a expectativa de receitas com dividendos será frustrada, mas, mesmo que isso aconteça, o governo tem instrumentos para acomodar o imprevisto sem risco à meta fiscal. O alto neste ano é um superávit de R\$ 34,3 bilhões, mas o resultado final pode ser zero para efeitos de meta, graças à margem de tolerância, e negativo em até R\$ 52 bilhões quando consideradas exceções para sentenças judiciais e parte das despesas com defesa, saúde e educação.

Um dos possíveis amorteecedores é a receita com o Imposto de Exportação sobre o petróleo, cuja aplicação era prevista para quatro meses, mas teve a vigência prorrogada. Além disso, na reavaliação do Orçamento publicada em julho, o governo declarava uma folga de R\$ 10,8 bilhões na meta fiscal — que pode ser usada para acomodar frustrações. Ainda assim, a perspectiva de um desempenho muito aquém do esperado pode gerar a necessidade de compensações.

Em nota, Tesouro Nacional afirmou que a estimativa de arrecadação com dividendos consi-

derava as informações disponíveis no momento de sua elaboração e são compatíveis com os resultados esperados para as estatais e suas respectivas políticas de remuneração aos acionistas.

“A execução observada no primeiro semestre não permite, isoladamente, antecipar o resultado anual, uma vez que os pagamentos de dividendos podem ocorrer em diferentes momentos do exercício, conforme os calendários societários e as deliberações dos órgãos competentes de cada empresa”, disse o órgão.

Segundo o Tesouro, a BNDES “será atualizada, quando necessário, nos relatórios oficiais do governo federal, considerando a evolução das informações disponíveis ao longo do ano”.

O economista Felipe Salto, sócio da Warren Renda, afirmou que eventual frustração das receitas com dividendos é preocupante. “Ainda que exista certo espaço para cumprir as metas deste ano, o desempenho dos dividendos até junho está bastante abaixo do previsto pelo governo”, disse.

Para Jefferson Bittencourt, chefe de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, a decisão do governo de manter a previsão de R\$ 55,5 bi-

lhões em dividendos pode embutir a expectativa de lucros extraordinários das estatais no segundo semestre, eventualmente favorecidos por uma alta de preços do petróleo. Nesse cenário, porém, haveria risco de pressão adicional sobre a inflação e sobre as contas do governo, caso seja necessário prorrogar medidas de contenção de preços de combustíveis.

Ele não descarta uma frustração da projeção, o que levaria a uma piora no resultado das contas ou até mesmo à necessidade de segurar gastos para evitar descumprimento da meta fiscal.

Para Bittencourt, o pagamento extraordinário de dividendos pelas estatais também é preocupante, pois gera percepção de influência da União sobre a governança das empresas e sobre suas políticas de distribuição de lucros.

A cautela dos analistas em relação às previsões de receita não se restringe às participações nas estatais. Nos primeiros meses do ano, o governo só arrecadou 8% do previsto com a taxa-ção dos dividendos pagos aos acionistas no Brasil e no exterior, o que colocou essa projeção na mira do TCU (Tribunal de Contas da União). (FolhaPress)

Renegociação de dívidas do Fies pode ser feita até 16 de setembro

Anvisa atualiza regras de segurança sanitária para aviões e aeroportos



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) atualizou regras de segurança sanitária para aviões e aeroportos no Brasil. Norma publicada na quarta-feira (26) prevê medidas relacionadas à qualidade da água, limpeza, ao gerenciamento de resíduos, controle de pragas e atendimento de saúde em aeroportos. Cada área deverá ter plano de gestão específico.

O texto substitui regulamentação vigente desde 2002 e busca adequar os procedimentos sanitários do setor aeroportuário às exigências atuais de vigilância em saúde. A Resolução nº 1.038 entra em vigor em 150 dias.

Entre as principais novidades está a obrigatoriedade da implantação de sistemas de gestão da qualidade voltados à segurança sanitária. A exigência valerá para aeroportos das classes III e IV — como o de Guarulhos, Brasília e o Galeão, por exemplo — e para empresas de transporte regular de passageiros que operem aeronaves com banheiros ou instalações hidráulicas.

O Sistema de Gestão da Qualidade deverá conter: políticas de segurança sanitária; programas de auditoria; gestão documental; qualificação de fornecedores; capacitação periódica de trabalhadores.

As organizações terão prazo de 24 meses para implementar integralmente as medidas, sendo que as áreas de gestão documental e treinamento deverão estar estruturadas em até 12 meses.

Obrigações

Aeroporto: fornecimento de água potável; limpeza e de-

sinfecção do terminal; gerenciamento de resíduos sólidos; controle de pragas; sistemas de climatização; serviços de saúde.

Companhias aéreas: manutenção da qualidade da água consumida a bordo; controle sanitário dos alimentos servidos durante os voos; limpeza e desinfecção das aeronaves; gerenciamento dos resíduos produzidos durante as viagens; ações para evitar a presença de insetos, roedores e outros animais que possam representar riscos à saúde pública.

A norma determina a elaboração de planos específicos para as diferentes áreas de controle sanitário, como o Plano de Gestão de Água Potável, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, e o Plano de Gerenciamento de Limpeza e Desinfecção.

Emergência

A texto também detalha procedimentos para situações de emergência em saúde pública. Em casos de eventos sanitários de relevância nacional ou internacional, aeroportos e empresas aéreas deverão adaptar seus protocolos às orientações específicas emitidas pelas autoridades sanitárias.

Para aeroportos que queiram iniciar operações internacionais, a resolução estabelece a necessidade de avaliação sanitária prévia pela Anvisa. A internacionalização dependerá da comprovação do cumprimento dos requisitos sanitários previstos e poderá incluir inspeções presenciais. (Agência Brasil)

A renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com descontos e condições facilitadas pelo programa Desenrola Fies 2026 pode ser feita até o dia 16 de setembro.

A adesão à renegociação de dívidas da graduação deve ser firmada diretamente com a instituição financeira responsável pelo contrato do Fies: o Banco do Brasil ou a Caixa, por meio de seus canais digitais.

As condições de renegociação de dívidas variam de acordo com a situação de cada contrato.

O Fies oferece financiamento para quem deseja estudar em uma instituição privada de ensino superior. Após a formatura, o estudante precisa devolver o montante financiado pelo



governo com juros baixos e condições facilitadas de pagamento, respeitando o limite da renda do ex-estudante.

Quem pode renegociar

A iniciativa é voltada para

estudantes com contratos do Fies firmados até 2017 que estavam na fase de amortização em 4 de maio de 2026, período em que o estudante começa a pagar o valor principal do financiamento estudantil e os juros acumulados para

quitar a dívida após terminar a faculdade. A renegociação contempla contratos adimplentes e inadimplentes.

Também podem participar do Desenrola Fies 2026 os estudantes com o nome inscrito em cadastros de inadimplentes por atraso neste financiamento estudantil. Após a formalização da renegociação e o pagamento da parcela de entrada, ocorre a retirada do nome do estudante e dos fiadores desses cadastros, quando aplicável.

Não estão aptos à renegociação os estudantes que contrataram o Fies a partir de 1º de janeiro de 2018, assim como aqueles com contratos nas fases de uso do financiamento ou de carência. (Agência Brasil)

Candidaturas negras avançam e se aproximam de perfil racial do país



Levantamento feito a partir do total de candidaturas para as Eleições 2026 identificou ligeira mudança nos perfis raciais dos candidatos. O número de participantes negros — pretos e pardos — chegou a 49,8% do total. Na população, este grupo representa 55,5% dos brasileiros.

A pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e da consultoria CommonData usou a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e identificou que, entre os 20.448 nomes válidos identificados até 16 de agosto, 10.191 autodeclararam-se pretos ou pardos.

Do total de candidatos deste ano, 2.789 são pessoas pretas (13,6% do total) e 7.402 pardas (36,2%). Na população, são 10,2% de pessoas pretas e 45,3% de pardos. Em 2022, quando ocorreu a primeira edição da pesquisa, as candidaturas de pessoas negras correspondiam a 35,5%.

Sobre a autoidentificação e migração de brancos para o grupo de pessoas negras, 338 mudaram a indicação para preto e seis para preto. Na direita, 11,2% de brancos mudaram para pardos; no centro, 11,6%; e na esquerda, 11,7%.

De acordo com a assessora do Inesc, Carmela Zigoni, os participantes podem estar ampliando sua plataforma na pauta racial, que tradicionalmente é mais pautada na esquerda, para conquistar mais eleitores negros e/ou interessados nesses debates.

Mas é importante ressaltar que o cenário de recursos piorou para esse grupo, pois o TSE alterou a norma e mudou a distribuição proporcional para a cota. "Se antes um partido tinha 50% de candidaturas negras, ele deveria repassar 50% para elas, e agora mesmo com 50% de candidaturas, o percentual é 30% do recurso."

A Emenda Constitucional nº 133, de 2024 alterou a distribuição

de recursos destinados a essas candidaturas. Por isso, Carmela Zigoni ressalta que a presença nas listas partidárias deve ser analisada junto com o acesso efetivo a financiamento, estrutura de campanha e tempo de propaganda. Nesse contexto, ela destaca ainda ser fundamental a atuação de bancas de hetero-identificação para evitar fraudes nas cotas raciais.

Os resultados integrais serão divulgados no final de setembro, porém os dados parciais indicam que o avanço em gênero não seguiu proporção equivalente e, quando o gênero entra na conta, a diferença ainda é sentida.

Os homens brancos continuam sendo o maior grupo isolado, com 6.688 candidaturas, ou 32,7% do total. Em seguida aparecem homens pardos, com 4.917 (24,1%); mulheres brancas, com 3.271 (16%); e mulheres pardas, com 2.485 (12,2%).

Segundo o estudo as mulheres pretas somam 1.234 candidaturas, equivalentes a 6% do total, enquanto os homens pretos são 1.555, ou 7,6%.

A participação de mulheres cresceu apenas 1%. A de mulheres negras avançou menos, somente 0,5%. Entre as 7.119 mulheres candidatas, 3.719, ou 52,2%, são negras. Desse total, 2.485 são pardas e 1.234, pretas. As mulheres negras representam 18,2% de todas as candidaturas, ante 17,3% em 2022. Já a partici-

pação dos homens negros recuou de 32,3% para 31,7%.

"O perfil geral das candidaturas demonstra avanços muito discretos em relação à representatividade, como o aumento de apenas 1,5% de mulheres concorrendo e, neste universo, aumento de apenas 0,5% de mulheres negras", destacou Carmela Zigoni.

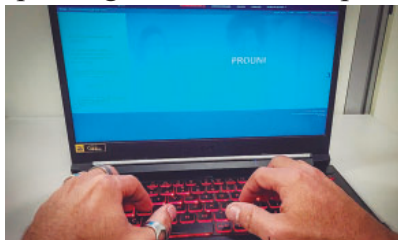
Ela explica que os números mostram retrocessos, como a redução de mulheres candidatas ao Senado e de homens negros candidatos. Da totalidade de mulheres competindo ao pleito atual, 52,2% são negras, sendo 34,9% pardas e 17,3% pretas. Em 2022, entre as mulheres, 51,8% eram negras, sendo 33,7% pardas e 18,2% pretas.

Além disso, os dados demonstram redução no ritmo de crescimento da participação das pessoas negras no processo eleitoral, que pode ser resultado de retrocessos no estímulo à participação", complementa Carmela.

O levantamento também registra 191 candidaturas de pessoas autodeclaradas indígenas, equivalentes a 0,9% do total. Em 2022, eram 172, ou 0,6%. Entre as candidaturas indígenas de 2026, 84 são de mulheres.

As candidaturas quilombolas somam 212, ou 1% do total. A distribuição por gênero é próxima do equilíbrio: 110 homens (51,9%) e 102 mulheres (48,1%). O grupo é majoritariamente negro, com 140 pessoas pretas (66%) e 43 pardas (20,3%). (Agência Brasil)

Prouni: candidatos têm até hoje para registro na lista de espera



Candidatos não selecionados nas duas chamadas regulares do Programa Universidade para Todos (Prouni) já realizadas este ano têm até as 23h59 desta quinta-feira (27) para manifestar interesse e se inscrever na lista de espera e, assim, continuar participando do processo seletivo.

Estudantes cujas inscrições tenham sido reprovadas porque suas turmas ainda não se formaram também podem participar desta etapa do processo, iniciada na quarta-feira (26).

Os requerentes devem registrar, no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, o interesse em participar da lista de espera. A inscrição é gratuita.

A relação dos candidatos inscritos será divulgada em 1º de setembro, quando começará o período de comprovação das informações declaradas na inscrição, previsto para ser encerrado em 14 de setembro.

Para comprovar as informações, os candidatos deverão apresentar à coordenação do Prouni da instituição de ensino indicada todos os documentos exigidos. A

entrega poderá ser realizada presencialmente ou por meio eletrônico, quando essa alternativa for disponibilizada pela instituição.

Para mais informações sobre horários, locais de atendimento e formas de entrega dos documentos, os participantes devem consultar diretamente a instituição escolhida.

É preciso estar atento a eventuais exigências adicionais estabelecidas pelas próprias instituições de ensino.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), os dois processos seletivos regulares do Prouni já realizados este ano atraíram mais de 1,1 milhão de candidatas, somando mais de 2,1 milhões de inscrições.

Para o segundo semestre, estão sendo oferecidas 471.304 bolsas de estudo para 380 cursos de graduação, em 879 instituições privadas de educação superior.

Do total de bolsas, 219.725 são integrais. As outras 251.579 concedem 50% de desconto no valor das mensalidades do curso de escolha do candidato. (Agência Brasil)

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) cobrou de candidatos à Presidência da República que dediquem maior atenção, em suas propostas eleitorais, a medidas de prevenção à violência infantil.

Pesquisadores da entidade avaliaram as propostas de cinco candidaturas. O Unicef defende respostas "mais bem adaptadas às vulnerabilidades de diferentes grupos de crianças e adolescentes".

Segundo o fundo, as principais candidaturas têm propostas contra violências, mas a maioria promete políticas de resposta, e não de prevenção.

A entidade considera que, nas últimas décadas, o Brasil avançou em áreas sociais, mas em relação à violência "a situação segue sendo grave".

"Para proteger crianças e adolescentes, é fundamental também agir antes que a violência aconteça, por meio de políticas de educação e oportunidades para jovens, da assistência social, da saúde, do fortalecimento das famílias e de sistemas que identifiquem e referenciem situações de violência", afirmou o representante do Unicef no Brasil, Joaquim Gonzalez-Aleman.

Soluções

No estudo, o Unicef defende que os futuros governantes incluam a "parentalidade protetiva" nas políticas já existentes de primeira infância, cuidados, assistência social e enfrentamento às violências.

Isso incluiria a formação de agentes públicos que hoje chegam às casas das famílias para que saibam orientar pais, mães e cuidadores a prevenir a violência e adotar práticas parentais não violentas.

A entidade ainda defende a criação de uma Política Nacional de Prevenção de Violências contra Adolescentes, que vá além de ações de segurança pública. A ideia é que sejam coordenadas diferentes áreas, como educação, trabalho, emprego e assistência social para reduzir os fatores de risco associados à violência.

Cenário de violência

Inclusive, o Unicef contextualiza que, apenas no ano passado, 2.079 crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil. Seria o equivalente a seis vítimas por dia. A maioria delas é formada por adolescentes homens e negros.

Segundo o último Anuário de Segurança Pública, o país registrou em 2025 mais de 38 mil casos de maus tratos de menores no ambiente doméstico. O número é mais que o dobro do registrado no ano anterior.

Foram registrados ainda 61 mil estupros ou estupro de vulnerável cometidos por autores conhecidos das vítimas.

Desigualdades

A análise do Unicef observou que as propostas tratam as crianças como um grupo homogêneo "sem considerar recortes de raça, etnia, gênero, defi-



ciência ou território, nem como eles influenciam a vulnerabilidade às violências".

Ainda nesse tema, a entidade criticou a ausência de referências específicas a crianças negras e indígenas, que têm os maiores riscos de exposição à violência em diferentes contextos.

"As referências a meninas e a crianças com deficiência estão presentes, mas de forma limitada", observa o fundo.

Abordagens

Quanto à abordagem do tema O Unicef catalogou, nas propostas dos candidatos Lula (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (NOVO) e Renan Santos (MIS- SAO), as menções a crianças e adolescentes. Foram identificadas 178 registros.

O Unicef identifica que as plataformas eleitorais dos candidatos Lula, Ronaldo Caiado,

Romeu Zema e Flávio Bolsonaro abordam o tema de forma explícita. Renan Santos não menciona dessa forma.

Em geral, no entanto, a entidade considera que há mais ênfase em abordagens de resposta à violência do que em propostas voltadas a uma proteção integral de crianças e adolescentes por meio de políticas sociais.

O Unicef avalia que os programas de Flávio Bolsonaro e Romeu Zema focam em medidas de punição e resposta às violências contra crianças e adolescentes ou cometidas por eles.

Já o plano de Ronaldo Caiado dá ênfase na investigação e penalização de autores da violência, mas traz também propostas interseccionais de prevenção. Por sua vez, o plano de Lula está mais voltado a ações de prevenção da violência infantojuvenil. (Agência Brasil)